

-----Ata número um de dois mil e dezoito-----

Ao vigésimo sexto dia, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem do dia:-----

Ponto um: Período antes da ordem do dia;-----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, (artigo 25º, nº 2, alínea C da Lei 75/2013 de 12 Setembro);-----

Ponto três: Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e 2, artigo 30º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017 – Tomar conhecimento;-----

Ponto quatro: Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e 2, artigo 30º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2018 – Tomar conhecimento;-----

Ponto cinco: Relatório Anual de Atividades e Avaliação da CPCJ de Mesão Frio – Tomar conhecimento;-----

Ponto seis: 1ª Revisão da Carta Educativa do Município de Mesão Frio – Proposta de Aprovação;-----

Ponto sete: 14º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Proposta de aprovação;-----

Ponto oito: Declaração de Compromissos Plurianuais – Pagamentos e Recebimentos em Atraso em 31 de dezembro de 2017 – Tomar conhecimento;-----

Ponto nove: 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, nos termos dos artigos 28º e 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Proposta de aprovação;-----

Ponto dez: Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO;-----

Ponto onze: Discussão e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mesão Frio;-----

Ponto doze: Discussão e votação da proposta de adesão à ANAN (Associação Nacional de Assembleias Municipais);-----

Ponto treze: Período aberto ao Público;-----

Presentes os senhores, Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a reunião às vinte e uma horas e três minutos, Justina Alexandra de Sousa Teixeira, como primeira secretária (atenta a ausência de Luís Miguel da Silva Marques), Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, designado segundo secretário, nos termos do número três do artigo décimo do Regimento, Filipe Manuel Almeida de Sá, Pedro Miguel Alves Poças, Paulo Ricardo Guedes Pinto, Jorge Filipe Portela, Marco António Gonçalves Teixeira, Tiago Miguel Rodrigues Alves, André Filipe Miranda Monteiro, José Eduardo Branco dos Santos, António César Vicente Nunes, Vítor Miguel Barros da Fonseca, Francisco Guedes Moreira, José Ângelo Pinto Vieira, que compareceu quando eram vinte e duas horas, (PS), Maximiano Pereira Correia, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, Joaquim de Carvalho Saraiva e Helena Augusta Pires Bordal Ferreira (PPD/PSD).-----

Presentes, também, os senhores Alberto Monteiro Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Cristina Inês de Oliveira Coutinho, Manuel Fernando Mesquita Correia, vereadores (PS). Quando eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos compareceu o senhor vereador Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda (PPD/PSD).-----

FALTAS JUSTIFICADAS: Luís Miguel da Silva Marques.-----

FALTAS INJUSTIFICADAS: Rafael António Ribeiro Pinto de Miranda.-----

O senhor vereador Eduardo Cassiano Nogueira Pinto de Miranda foi considerado faltoso, em virtude de ter comparecido quando eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos, tendo-se ausentado, definitivamente, antes do termo da sessão, quando eram vinte e duas

horas e quarenta e dois minutos, não tendo apresentado a este Órgão, qualquer justificação para tal procedimento.-----

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, após cumprimentar os presentes, colocou à votação a ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, deu a conhecer aos senhores deputados a correspondência recebida.-----

No primeiro ponto, da ordem do dia, abertas as inscrições, pediu a palavra a senhora deputada, Maria Teresa Freitas Alves Lúcio, que apresentou um voto de pesar, pela senhora Maria Teresa de Jesus Infante Teixeira Alves Leite Pires, mãe da funcionária, da Câmara Municipal, Ana Luísa Leite Pires Machado.-----

Também o deputado Pedro Miguel Alves Poças apresentou um voto de pesar, pelo senhor Cristiano Carvalho Veloso, ex funcionário da Câmara Municipal.-----

O senhor deputado Maximiano Pereira Correia salientou que teria interesse a Assembleia Municipal tomar uma posição em relação à “Moção sobre a Interioridade” que a Mesa tinha feito chegar aos membros.-----

O senhor deputado Joaquim de Carvalho Saraiva, no uso da palavra, lamentou que não lhe tenha chegado resposta à solicitação que fez, em relação a um anexo da ata número três, da Câmara Municipal, isto porque era importante, uma vez tratar-se de um parecer relativo às penas de água e pretendia aferir se o mesmo era um parecer interno ou externo e se iria ao encontro daquilo que teria sido dito, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, aos detentores das penas, na reunião tida com os mesmos. Na sua opinião, o parecer carece de um erro, designadamente, ao nível dos custos e por isso seria importante analisá-lo. Mais do que a legalidade da questão, está em causa a palavra que foi dada aos referidos detentores das penas de água e que o senhor Presidente da Câmara Municipal não estaria a cumprir com a “Palavra dada, palavra honrada”.-----

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, começou por dizer que a Mesa da Assembleia Municipal não faz questão de observar e exigir um formalismo rigoroso no tratamento das questões. Contudo, e não obstante, os pedidos e/ou requerimentos que são dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal, devem obedecer a um mínimo de formalismo. Neste sentido, informou o senhor deputado

Joaquim de Carvalho Saraiva que dirigiu o seu pedido à funcionária Ana Rute Rodrigues Morais Pinto que, pese embora a sua dedicação e profissionalismo, não tem competência na matéria. Portanto, não dirigiu à Mesa qualquer pedido. E, mesmo não existindo má vontade da Mesa da Assembleia Municipal, era importante concretizar os pedidos, já que no *email* fala dos anexos das atas números três e quatro. Referiu ainda que, do ponto de vista do procedimento administrativo, o ato ainda está dentro dos dez dias, prazo legal que a Mesa da Assembleia Municipal tem, para o concretizar, condição que o senhor deputado Joaquim de Carvalho Saraiva, até por questões profissionais, deveria ter conhecimento.-----

Em relação ao assunto apresentado pelo senhor deputado Maximiano Pereira Correia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por dizer que concorda com o senhor deputado, contudo, entende que a posição a tomar deverá consubstanciar-se numa proposta devidamente fundamentada, com referência, além do mais, aos pertinentes dados relativos ao concelho de Mesão Frio. Para o efeito, compromete-se a reunir mais informação sobre a matéria de forma a trabalhar um documento conjunto, com as duas bancadas e apresentá-lo numa próxima sessão da Assembleia Municipal de modo a ser votada, por unanimidade, e enviada para às Entidades competentes.-----

Terminadas estas intervenções, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, no uso dela, começou por dizer que continua a confundir-se a Câmara Municipal com a Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal com a Mesa da Assembleia Municipal. Disse também que, se o parecer, ao qual o senhor deputado Joaquim de Carvalho Saraiva se refere, “carece de um erro, então não tem erro nenhum”, pelo que teria de se explicar melhor. Assim, exibiu o respetivo processo e parecer, tendo referido ao membro Joaquim Saraiva que, caso pretendesse, poderia consultá-lo de imediato.-----

Explicou, também, que tem vindo a tomar medidas em relação à sustentabilidade financeira da água e saneamento, pois Mesão Frio não pode continuar a ser um concelho deficitário nesta matéria. O problema desta surgiu aquando da entrega da água, em alta, às “Águas de Trás os Montes e Alto Douro, S.A.”, não ficando salvaguardadas algumas questões, designadamente, consumos mínimos, baseados no pressuposto de um aumento demográfico, verificando-se precisamente o oposto. No que diz respeito aos saneamentos, também se constata um problema grave, uma vez que em períodos de chuva verifica-se um aumento exponencial dos caudais devido às infiltrações, etc. Contudo, também

informou que terá sido a alternativa do executivo na altura para cumprir com os padrões e exigências de qualidade impostos pela União Europeia e daí não criticar só por criticar. Deveriam era ter salvaguardado estas e outras questões. E como o contrato foi por um período de trinta anos, a Câmara Municipal, como cumpre escrupulosamente os seus compromissos, tem de o cumprir, estando, por exemplo, proibida de injectar água na rede. E, como o concelho continua a ser deficitário, nesta matéria, como já referiu, têm-se vindo a tomar medidas ao nível de mudanças de contadores, vigilância mais apertada para detetar possíveis fraudes, entre outras.-----

A questão das penas de água é outra medida tomada para combater esse *deficit*. E, em relação à palavra honrada, a que o deputado Joaquim Carvalho Saraiva se referia, aquilo que disse aos detentores das penas, foi que após ouvir os seus argumentos, seria sensível aos mesmos e em consideração a estes, se comprometeria a falar com os seus colegas do executivo, com os elementos da Assembleia Municipal e Presidentes das juntas de freguesia, o que concretizou, sendo a sua decisão conjunta. Após tomada, mal ou bem, legal ou ilegal e caso os detentores das penas assim o entendam, terão de ser os tribunais a decidir. Reforçando que a decisão, tomada, será conjunta.-----

Disse, ainda, que o deputado estava muito preocupado com a questão da honra mas esquece-se que está abordar um assunto no qual é parte interessada, uma vez que a sogra possui penas de água, o que, no mínimo, eticamente, não está correto.-----

O senhor deputado Pedro Miguel Alves Poças solicitou a palavra e, no uso da mesma, interpelou o senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido se teria conhecimento que esta situação, das penas de água, verifica-se noutros concelhos. O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não existe situação idêntica a esta. Questionou, ainda, qual o valor do caudal medido na mina da qual a água das penas é proveniente. O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu “que o caudal medido é zero”.-----

Após todas as intervenções o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação os dois votos de pesar apresentados, tendo sido aprovados por unanimidade.-----

No segundo ponto da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia Municipal, sobre a atividade Municipal, salientando a reunião tida com a EDP, relativa à electrificação, gratuita, com tecnologia *led*, de dois ramais, um na freguesia de Barqueiros e outro em Vila Cova, na freguesia de Vila Marim, a reunião

relativa à prevenção dos fogos florestais, a reunião com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativa à resolução da situação dos precários, a reunião com a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, na qual ficou decidido que as dívidas, dos Municípios, terão de ser imputadas a quem as contraiu e não a dividir pelos sete Municípios que compõem a Associação, a reunião com as “Infra-estruturas de Portugal”, relativa a eletrificação da linha Marco de Canaveses – Régua, a reunião na Câmara Municipal de Valongo, relativa ao Orçamento Participativo Jovem, a reunião com o Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, a reunião com a Administração do Millennium BCP, que pretendem trabalhar com a Câmara Municipal de Mesão Frio e a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mesão Frio.-----

No que diz respeito ao Relatório Financeiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a dívida é de, aproximadamente, seis milhões de euros, contudo, cento e cinquenta mil euros são obras com fundos comunitários, face ao volume de obra em curso no concelho. O ano foi fechado, a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, acima das expectativas, com a dívida a situar-se nos cinco milhões, novecentos e três mil euros.-

No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem do dia, Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do número um e dois, do artigo trigésimo, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de dois mil e dezassete, passada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, este apresentou uma breve explicação, e foi tomado conhecimento por todos os elementos presentes.----

Relativamente ao quarto ponto da ordem do dia, Contratos de Aquisição de bens e serviços com encargos plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal, nos termos do número um e dois, do artigo trigésimo, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de dois mil e dezoito, no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal prestou um breve esclarecimento acerca dos mesmos e foi tomado conhecimento por todos os elementos presentes.-----

Quanto ao quinto ponto da ordem do dia, Relatório Anual de Atividades e Avaliação, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mesão Frio, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao elemento designado pela Assembleia

Municipal, naquela Comissão, na pessoa do senhor deputado Vítor Miguel Barros da Fonseca. Este, levou a cabo uma breve apresentação do referido Relatório.-----

No que concerne ao sexto ponto da ordem do dia, primeira Revisão da Carta Educativa do Município de Mesão Frio, o senhor deputado Maximiano Pereira Correia solicitou a palavra e, no uso da mesma, salientou o investimento que a Autarquia tem vindo a fazer e faz, na educação, bem como das Entidades de ensino, não restando dúvidas que o concelho sempre esteve bem servido e o investimento no sector é, e sempre foi, visível. Contudo, o problema é demográfico e é uma realidade e uma responsabilidade de todos, concretamente, da comunidade escolar, do poder político e da comunidade em geral. O documento apresentado tem de suscitar a reflexão por parte de todos estes agentes, devido ao facto de tratar-se de uma situação muito preocupante.-----

Passada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, este apenas reforçou o empenho e dedicação que a equipa responsável pela primeira Revisão da Carta Educativa do Município de Mesão Frio teve, designadamente os técnicos superiores do município Marco Aurélio Correia de Araújo Ferro, Maria José Barrosa Pinto Fontão Secundino, Sónia Monteiro Pereira Ribeiro, Jorge Miguel Conde Várzea, a técnica da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio, Catarina Isabel dos Santos Garcias e o senhor vereador, Manuel Fernando Mesquita Correia, trabalho já reconhecido na reunião do Conselho Municipal de Educação de Mesão Frio, designadamente, pela responsável da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEST.-----

Colocada à votação a primeira Revisão da Carta Educativa do Município de Mesão Frio, foi aprovada por unanimidade.-----

No sétimo ponto da ordem do dia, décimo quarto Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, no uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal fez referência ao mesmo, destacando seis pontos, comparando-os nos períodos compreendidos entre trinta de novembro de dois mil e dezasseis e trinta de novembro de dois mil e dezassete, a saber: as despesas com pessoal mantiveram-se idênticas, os juros assumidos diminuíram (menos trinta e três mil euros), a aquisição de bens e serviços diminuiu cento e dez mil euros, o número de colaboradores manteve-se igual (noventa e nove), as transferências do orçamento de estado aumentaram oitenta e três mil euros e a dívida a terceiros diminuiu trezentos mil euros.-----

O senhor deputado Maximiano Pereira Correia, solicitou o uso da palavra e, concedido, questionou se o referido relatório não tem de ser enviado passado trinta dias às Entidades competentes. O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, em termos de prazos e legalidade, está em conformidade, referindo, igualmente, que a partir do mês de abril, termina a questão dos Fundos Disponíveis e que, muito provavelmente, o referido relatório também deixará de ter de ser elaborado.-----

Colocado à votação o décimo quarto Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, foi aprovado por unanimidade.-----

No que diz respeito ao oitavo ponto da ordem do dia, Declaração de Compromissos Plurianuais – Pagamentos e Recebimentos em Atraso em trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dezassete, foi tomado conhecimento por todos os elementos presentes.-----

Relativamente ao nono ponto da ordem do dia, primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, nos termos dos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono, da lei número trinta e cinco de dois mil e catorze, de vinte de junho, concedida a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, este esclareceu que o Executivo Camarário entendeu passar ao quadro o maior número de precários existentes, de forma a solucionar um problema que se arrastas há anos.-----

Posto à votação, a primeira Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezoito, nos termos dos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono, da lei número trinta e cinco de dois mil e catorze, de vinte de junho, foi aprovada por unanimidade.-----

Quanto ao décimo ponto da ordem do dia, eleição de dois representantes da Assembleia Municipal, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro – CIMDOURO, foram presentes à Mesa duas listas, uma apresentada pela bancada do PPD/PSD, a que coube a designação de “Lista A, e outra apresentada pela bancada do PS, a que coube a designação de “Lista B”. Postas à votação, por escrutínio secreto, a lista A obteve quatro votos a favor e a lista B dez votos a favor. Face aos resultados apresentados, foram eleitos, como elementos efetivos, os senhores deputados Carlos Manuel Pombo Soares Silva e André Filipe Miranda Monteiro, e como membro suplente, o senhor deputado António César Vicente Nunes, membros que integravam a referida Lista B -----

No que respeita ao décimo primeiro ponto da ordem do dia, discussão e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Mesão Frio, após um breve esclarecimento prestado pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

No que concerne ao décimo segundo ponto da ordem do dia, discussão e votação da proposta de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais – ANAN, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez o enquadramento da matéria, afirmando que, tendo presente a atual situação financeira da Câmara Municipal, o facto de a adesão implicar a assunção de encargos financeiros, de as contrapartidas para o Município não serem, ainda, evidentes, e que, no futuro, poderemos sempre aderir caso tal se traduza num efetivo benefício para o Município, a sua posição, por ora, é de discordância. O deputado Maximiano Pereira Correia, solicitando a palavra e no uso desta, concordou com o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sendo que na sua opinião essa adesão é, de facto, uma incógnita.-----

Também o senhor deputado António César Vicente Nunes, no uso da palavra, informou que a bancada do Partido Socialista, pelas razões aduzidas, discorda com a referida adesão.-----

Após estas considerações, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, uma vez que foi da responsabilidade da Mesa da Assembleia Municipal incluir a matéria na ordem de trabalhos e, não estando reunidas as condições para se obter um conhecimento mais detalhado da matéria, propõe a sua retirada da ordem do dia.-----

Colocada à votação, a retirada da proposta de adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais – ANAN, da ordem do dia, foi aprovada por unanimidade.-----

Finalmente no décimo terceiro ponto da ordem do dia, período aberto ao Público, não se verificaram quaisquer inscrições.-----

Pelas vinte e duas horas e quarenta e dois minutos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, por dez minutos, para que se procedesse à elaboração da minuta da ata da reunião.-----

Quando eram vinte e duas horas e cinquenta e dois minutos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por reiniciados os trabalhos, com a presença de todos os

membros e vereadores, excetuando-se o senhor vereador, Eduardo Cassiano Nogueira Pinto do PPS/PSD, que se ausentou, definitivamente, da sessão, às vinte e duas horas e quarenta e dois minutos.-----

Depois de lida e aprovada, por unanimidade, a minuta da ata e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos.-----

O Presidente da Mesa

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário

(Designado nos termos do número três do artigo décimo do Regimento)